



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATOR – CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, DIA 02/03/2015

ITEM 12

TC-002014/026/13

Município: Orindiúva.

Prefeito: Maurício Bronca.

Exercício: 2013.

Requerente(s): Maurício Bronca – Prefeito.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Segunda Câmara, em sessão de 16-06-15, publicado no D.O.E. de 02-07-15.

Advogado(s): Douglas de Moraes Norbeato.

Acompanha: TC-002014/126/13.

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.

Fiscalização atual: UR-8 – DSF-II.

O processo em pauta trata de Pedido de Reexame formulado por Mauricio Bronca, Prefeito Municipal de Orindiúva, contra o parecer prévio emitido sobre a prestação de contas anuais, relativas ao exercício de 2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A E. Segunda Câmara, em sessão de 16 de junho de 2015, ao apreciar a citada prestação de contas, emitiu parecer desfavorável à sua aprovação devido a contratação da empresa Pública Assessoria e Sistema Ltda objetivando a "prestação de serviços técnicos profissionais especializados em segurança do trabalho, visando a avaliação do grau de risco, enquadramento de alíquota RAT (Risco de Acidente de Trabalho) pela preponderância da contribuição previdenciária denominada GILRAT - Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente de Trabalho, incidente sobre a folha de pagamento dos servidores públicos municipais vinculados ao regime geral de previdência".

O parecer foi publicado no DOE de 02 de julho de 2015, e o pedido (fls. 206/229), protocolado no dia 31 de julho de 2015, dentro do prazo.

Em síntese, a recorrente alega: **que** não existe afronta à Súmula nº 13 deste Tribunal, pois não se trata de contratação objetivando a análise e revisão de DIPAM's visando um pretense e eventual benefício futuro, com melhora na arrecadação da quota municipal relativa ao ICMS, e sim de contratação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

objetivando a correção e adequação de alíquota relativa à contribuição ao "seguro acidente de trabalho", com certeza e imediato benefício, passando as contribuições respectivas serem em valor menor, adequadas à nova alíquota, além de possibilitar a compensação de valores recolhidos a maior referente aos recolhimentos realizados nos últimos cinco anos; **que** é possível dizer que o Município de Orindiúva, com população de 5.678 habitantes, tenha servidores suficientes, e mais que isto, tenha servidores capacitados para a execução de todos e quaisquer serviços, tal como entendido pelo ilustre representante do Ministério Público de Contas, principalmente se esses serviços se demonstrarem extremamente técnicos; **que** essas questões de excepcionalidade, de situações peculiares, que se refiram a questões que exijam notória especialização, ou que reste demonstrada a singularidade do objeto são essenciais para toda e qualquer contratação pelo Poder Público; **que** não obstante a alta complexidade da legislação previdenciária é possível concluir-se que esse enquadramento à alíquota em questão prescinde de qualquer ato, ou mais, de qualquer homologação, quer da Secretaria da Receita Federal, quer do Instituto Nacional de Seguro Social; **que** a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura nada mais fez do que resguardar seus interesses, passando a recolher as respectivas contribuições com base na correta alíquota de sua incidência, além de se ressarcir daquilo que, incorreta e a maior, tivera sido recolhido em período anterior e passível da devida compensação.

Assessoria Técnica, Chefia da ATJ e Ministério Público de Contas manifestaram-se pelo não provimento do apelo enquanto que a SDG opinou pelo provimento devido ao *"novo direcionamento que vem sendo conferido sobre o tema das compensações previdenciárias, a exemplo do decidido no TC - 1775/026/12"*.

É O RELATÓRIO.

VOTO.

PRELIMINARMENTE, presentes os requisitos de admissibilidade, VOTO PELO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

NO MÉRITO, o pleito merece acolhimento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

As razões recursais foram suficientes para reverter os motivos que ensejaram o parecer desfavorável.

Isto porque conforme a nova orientação jurisprudencial, sendo a questão das compensações previdenciárias a única falha que conduziu à emissão do parecer desfavorável, e não havendo nenhuma impugnação administrativa ou judicial da conduta administrativa, as contas podem ser aprovadas, com o acompanhamento do deslinde da matéria em autos apartados.

Assim, foram as decisões constantes no TC - 1769/026/13, TC - 1775/026/12, TC - 1870/026/12, TC - 1537/026/12 e TC - 1649/026/12.

Ainda sobre o tema foi editada a Nota Técnica SDG nº 122, de 01/09/2015 traçando orientação à fiscalização acerca dos procedimentos a serem adotados.

Dessa forma DETERMINO a formação autos apartados para verificação da correção do procedimento, além do imediato Ofício à Secretaria da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Receita Federal cientificando-a da compensação em questão indicada no item C.2.2, fls. 31 (Contrato nº 43/2013).

Os índices constitucionais e legais foram atendidos e os aspectos técnicos contábeis demonstraram boa ordem.

Diante do exposto, VOTO pelo PROVIMENTO DO PEDIDO DE REEXAME interposto, emitindo-se parecer favorável, referente às contas da Prefeitura Municipal de Orindiúva, exercício de 2013, mantendo-se, contudo, as recomendações e determinações constantes do voto originário.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO

GNA